

Estado de São Paulo

DECRETO N.º 3.902, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2008.

DOAÇÃO DO LOTE 9, QUADRA A, DISTRITO INDUSTRIAL III, A JAIR RODRIGUES DOS SANTOS MARÍLIA-ME

ÁLVARO JANUÁRIO, Prefeito Municipal de Pompéia, no uso de suas atribuições legais e, Considerando que Jair Rodrigues dos Santos Marília-ME requereu através do Processo n.º 941/2008, de 24 de setembro de 2008, a doação de imóvel para a construção de suas instalações no Distrito Industrial III; Considerando que a lei municipal 1.811, de 26 de novembro de 1997, autoriza a doação de imóveis às empresas que pretendam se instalar no Município ou efetuar a ampliação das existentes,

DECRETA:

ARTIGO 1.º - Fica doado a Jair Rodrigues dos Santos Marília-ME, CNPJ 64.875.495/0001-85, o lote 9, quadra A, localizado no Distrito Industrial III, avaliado pela Comissão Permanente de Avaliação de Bens Municipais e de Terceiros, no dia 30 de setembro de 2008, em R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), dentro das seguintes medidas e confrontações: "Pela frente com a Avenida Perimetral, onde mede 15,00 metros; do lado direito, de quem de frente olha para o referido imóvel, confronta com o lote 10, onde mede 45,00 metros; do lado esquerdo, de quem do mesmo sentido olha para o referido imóvel, confronta com o lote 8, onde mede 45,00 metros; finalmente, pelos fundos, com o lote 22, onde mede 15,00 metros, perfazendo uma área total de 675,00 metros quadrados, lado ímpar da Avenida Perimetral, distante 81,00 metros da esquina com a Rua B". ARTIGO 2.º - A donatária deverá proceder à construção de suas instalações até o dia 28 de dezembro de 2009, não podendo alienar o imóvel antes de decorrido o prazo de cinco anos após a efetiva construção das instalações previstas no projeto completo aprovado pelo Setor de Obras do Município.

ARTIGO 3.º - A prorrogação de prazo para o término da construção será autorizada após vistoria procedida

pelo Setor de Obras comprovando a execução de, pelo menos, 50% da edificação.

ARTIGO 4.º - Sem dispensa da vistoria de que trata o artigo anterior o pedido de prorrogação de prazo deverá obrigatoriamente ser instruído com laudo técnico comprobatório da fase em que se encontra a construção, bem como o percentual executado em relação ao projeto completo.

ARTIGO 5.º - A escritura pública será outorgada assim que a donatária comprovar a edificação de, pelo menos, 50% do projeto completo, devendo constar, na escritura, a íntegra deste decreto e as seguintes condições :

a) compromisso de construção das instalações no prazo previsto no artigo 2.º deste decreto;

b) cláusula de reversão do imóvel ao patrimônio público do Município na falta do cumprimento das disposições previstas neste decreto, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, não cabendo qualquer indenização pelas benfeitorias executadas;

c) cláusula em que a donatária se compromete a não alienar o imóvel antes de decorrido o prazo de cinco anos

após a efetiva construção das instalações previstas no projeto completo.

ARTIGO 6.º - A donatária deverá recolher em dia o imposto sobre a propriedade territorial urbana e, a partir da efetiva construção constante do projeto completo, deverá recolher o imposto sobre a propriedade predial, não podendo o seu nome constar, sob nenhuma hipótese, do rol dos inadimplentes de tributos na esfera municipal. ARTIGO 7.% Este decreto entra em vigor nesta data.

Registre-se. Afixe-se e Publique-se. Pompeta, 20 de dezembro de 2008.

ALVARO JANUARIO Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria da Prefeitura Municipal de Pompéia, afixado e publicado no lugar público de costume no dia 29 de dezembro de 2008.

JOSÉ MARQUES CAMPOY Diretor de Documentação e Atos Oficiais